

Nova Cidade de Deus Participações S.A.

CNPJ 04.866.462/0001-47
Sede: Cidade de Deus, Osasco - SP

Senhores Acionistas,

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Contábeis relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2017, acompanhadas das Notas Explicativas e Relatório dos Auditores Independentes.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2017, a Nova Cidade de Deus Participações S.A. (Companhia) registrou Lucro Líquido de R\$ 2.395.757 mil, Patrimônio Líquido de R\$ 19.106.815 mil, Ativos Totais de R\$ 21.653.751 mil e deliberou aos acionistas o montante de R\$ 1.100.000 mil a título de Juros sobre o Capital Próprio.

Em março de 2017, a Companhia deliberou aumentar o Capital Social com emissão de novas ações no montante de R\$ 916.120 mil e em abril de 2017 com Reservas de Lucros - Estatutária no montante de R\$ 257.280 mil, elevando-o de R\$ 7.666.200 mil para R\$ 8.839.600 mil.

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO - Em Milhares de Reais

ATIVO	2017	2016
CIRCULANTE	872.568	768.758
Caixa e Equivalentes de Caixa (Nota 6)	37.376	24.733
Juros sobre o Capital Próprio a Receber (Nota 15a)	835.014	743.847
Valores a Receber (Nota 7)	178	178
NÃO CIRCULANTE	20.781.183	18.260.579
Realizável a Longo Prazo	2.297.476	1.946.148
Valores a Receber (Nota 7)	1.148.122	1.014.198
Depósitos Judiciais (Nota 10b)	407.303	331.923
Tributos a Compensar ou a Recuperar (Nota 16e)	546.422	443.522
Créditos Tributários (Nota 16c)	195.629	156.505
Investimentos (Nota 8)	18.483.707	16.314.431
TOTAL	21.653.751	19.029.337

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO - Em Milhares de Reais

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2017	2016
RECEITAS/(DESPESAS) OPERACIONAIS	2.386.814	2.342.518
Resultado de Equivalência Patrimonial (Nota 8)	2.413.043	2.397.183
Resultado Financeiro (Nota 14)	47.607	55.238
Resultado na Alienação de Investimentos	36.719	-
Despesas Tributárias (Nota 12)	(109.741)	(109.351)
Despesas Gerais e Administrativas (Nota 13)	(814)	(552)
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO	2.386.814	2.342.518
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL (Nota 16)	8.943	32.065
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	2.395.757	2.374.583

Lucro básico por ação em número médio ponderado de ações atribuídas aos acionistas (expresso em R\$ por ação) (Nota 11b)

Lucro básico por ação atribuível aos acionistas (Nota 11b)	3,74	3,91
--	------	------

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - Em Milhares de Reais

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2017	2016
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais:		
Lucro Líquido antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	2.386.814	2.342.518
Ajustes ao Lucro Líquido antes dos Impostos:		
Resultado de Equivalência Patrimonial	(2.413.043)	(2.397.183)
Resultado na Alienação de Investimentos	(36.719)	-
Juros, Variações Monetárias Líquidas e Outros	(43.556)	(50.358)
Provisão para Riscos Fiscais	109.662	108.723
Lucro Líquido Ajustado antes dos Impostos	3.159	3.700
(Aumento)/Redução em Ativos	137.701	(25.395)
Aumento em Outras Obrigações	(8)	(31.297)
Caixa Líquido Proveniente/(Utilizado) nas Atividades Operacionais	140.851	(52.992)
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos:		
Alienação de Investimentos	100.573	-
Juros sobre o Capital Próprio/Dividendos Recebidos	131.196	187.524
Caixa Líquido Proveniente/(Utilizado) nas Atividades de Investimentos	231.770	187.524
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamentos:		
Contrato de Mútuo	(185.000)	5.523
Juros sobre o Capital Próprio Pagos	(174.978)	(119.690)
Caixa Líquido Proveniente/(Utilizado) nas Atividades de Financiamentos	(359.978)	(114.167)
Aumento/(Redução) Líquido, de Caixa e Equivalentes de Caixa	12.643	20.365
Início do Exercício	24.733	4.368
Fim do Exercício	37.376	24.733
Aumento/(Redução) Líquido, de Caixa e Equivalentes de Caixa	12.643	20.365

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma mencionado)

1) CONTEXTO OPERACIONAL

A Nova Cidade de Deus Participações S.A. ("Companhia") é uma empresa que tem por objetivo a participação no capital de outras sociedades, especialmente, das que detenham, direta ou indiretamente, parcelas do capital volante do Banco Bradesco S.A. ("Bradesco").

A autorização para a emissão destas demonstrações contábeis foi concedida pelo Conselho de Administração em 16 de abril de 2018.

2) APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis da Companhia foram elaboradas de forma consistente entre os exercícios, e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil em 31 de dezembro de 2017. A Administração declara que as divulgações realizadas nas demonstrações contábeis evidenciam todas as informações relevantes utilizadas na sua gestão.

As estimativas contábeis utilizadas na elaboração das demonstrações contábeis relacionadas a ativos e passivos fiscais diferidos, valor recuperável de ativos, provisões e contingências passivas, consideram as melhores evidências disponíveis e estão baseadas em premissas existentes nas datas de encerramento dos exercícios. Os resultados finais, quando de sua realização, podem diferir dos valores estimados. As principais práticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis estão definidas a seguir e foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados.

3) PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Moeda funcional e de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações contábeis são mensurados utilizando-se a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua, que é o Real (R\$). As demonstrações contábeis, estão apresentadas em milhares de reais.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são utilizados pela Companhia para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo. Assim sendo, incluem disponibilidades em moeda nacional e fundos de investimentos financeiros, e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo, uma vez que são prontamente conversíveis em dinheiro. A composição do caixa e equivalentes de caixa está apresentada na Nota 6.

c) Instrumentos Financeiros

Empréstimos e Recebíveis

Os empréstimos e recebíveis, compostos por valores a receber, são ativos reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado e atualizado pelo método da taxa efetiva de juros. A composição dos valores a receber estão apresentados na Nota 7.

d) Investimentos

Os investimentos em sociedades controladas e coligadas são registrados e avaliados pelo método de equivalência patrimonial, sendo que o resultado é reconhecido como receita (ou despesa) operacional. Para efeitos do cálculo da equivalência patrimonial, ganhos ou transações a realizar entre a Companhia e suas controladas e coligadas são eliminados na medida da participação da Companhia e perdas não realizadas também são eliminadas, a menos que a transação forneça evidências de perda permanente (*impairment*) do ativo transferido. A composição dos investimentos em controladas e coligadas estão apresentados na Nota 8.

Ágio (Goodwill)

O ágio, originado no processo de aquisição de investidas, é o excesso do custo de aquisição, em razão da participação da Companhia, sobre o valor justo líquido dos ativos e passivos identificáveis adquiridos de uma investida na data da aquisição.

e) Redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*)

A Companhia avalia, ao final de cada exercício, se existem evidências objetivas de deterioração de seus ativos. Caso se confirme a existência de impactos nos fluxos de caixa pela deterioração de seus ativos e esta podendo ser estimada de maneira confiável, reconhece no resultado a perda por *impairment*. Nos exercícios de 2017 e de 2016, não houve perda por *impairment*.

f) Provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais - fiscais

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, das contingências ativas e passivas e, também, das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25, sendo:
• Ativos Contingentes: não são reconhecidos contabilmente, exceto quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não caibam mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo, e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro passivo exigível. Os ativos contingentes, cuja expectativa de êxito é provável, são divulgados nas notas explicativas;
• Provisões: são constituídas levando em consideração a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações, e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança;
• Passivos Contingentes: de acordo com o CPC 25, o termo "contingente" é utilizado para passivos que não são reconhecidos, pois a sua existência somente será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros e incertos, que não estejam totalmente sob o controle da Administração. Os passivos contingentes não satisfazem os critérios de reconhecimento, pois são considerados como perdas possíveis, devendo ser apenas divulgados em notas explicativas, quando relevantes. As obrigações classificadas como remotas não são provisionadas e nem divulgadas; e
• Obrigações Legais - Provisão para Riscos Fiscais: decorrem de processos judiciais, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade que, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações contábeis.

O detalhamento dos processos judiciais, bem como a movimentação dos valores registrados, por natureza, estão apresentados na Nota 10.

7) VALORES A RECEBER

Refere-se, basicamente, a contratos de mútuo, acrescidos da variação do Depósito Interbancário - DI, com vencimento em março de 2021, no montante de R\$ 1.148.122 (2016 - R\$ 1.014.198).

8) INVESTIMENTOS

a) Os ajustes decorrentes da avaliação pelo método de equivalência patrimonial dos investimentos foram registrados na rubrica de "Resultado de Equivalência Patrimonial" e corresponderam, no exercício, a R\$ 2.413.043 (2016 - R\$ 2.397.183).

b) A composição da rubrica "Investimentos" está demonstrada a seguir:

Em 31 de dezembro

Empresas	Capital Social	Patrimônio Líquido Ajustado	Resultado Ajustado	Quantidade de Ações Possuídas (em mil)	Participação no Capital Social (%)	Total dos Investimentos	Ajuste Decorrente de Avaliação (2)
				ON	PN	2017	2016
Cidade de Deus Companhia Comercial de Participações ("Cidade de Deus") (1) (3)	19.376.700	39.598.868	5.157.962	3.625.555	-	18.011.344	2.346.439
Bradespar (1) (4) (5) (7)	4.100.000	9.259.270	2.328.375	1.675	0,48	44.370	55.619
Titanium Holdings S.A. ("Titanium") (1) (7)	9.311	482.244	80.364	41.251	50,00	241.122	421.432
NCF Participações S.A. ("NCF") (1) (5)	4.468.004	8.534.178	880.646	1.726	0,08	6.751	6.021
Bradesco (1) (4) (5) (7)	59.100.000	117.844.345	17.089.364	9.150	0,15	177.300	-
Ágio - Bradespar (6)	-	-	-	-	-	2.820	4.046
Total						18.483.707	16.314.431

(1) Dados relativos às demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2017;
(2) Considera os resultados apurados pelas investidas, incluindo variações patrimoniais das investidas não decorrentes de resultado;
(3) Os principais ativos da Cidade de Deus referem-se, basicamente, à sua participação acionária no Bradesco (24,01%) e na Bradespar (12,93%);
(4) As demonstrações contábeis de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* - IASB, e das práticas contábeis adotadas no Brasil (CPC), base para o cálculo de equivalência patrimonial, do Bradesco foi divulgada em 8 de março de 2018 e da Bradespar foi divulgada em 21 de março de 2018;
(5) A Administração possui avaliação que demonstra que a Companhia possui influência significativa nas investidas, por meio de representação no Conselho de Administração e na Diretoria da investida;
(6) O ágio está fundamentado na mais-valia das ações; e
(7) Em 29 setembro de 2017 deliberou-se a redução do Capital Social da empresa Titanium mediante a entrega de ações, sendo 11.827.202 ações ON do Bradesco no montante de R\$ 219.696, e 450 ações PN da Bradespar no montante de R\$ 6. As ações foram alienadas parcialmente, em novembro de 2017, sendo 2.677.400 ações ON do Bradesco no montante de R\$ 83.307 e 728.463 ações PN da Bradespar no montante de R\$ 17.266.

9) OUTRAS OBRIGAÇÕES

	Em 31 de dezembro	
	2017	2016
Circulante		
Contratos de mútuo (1)	958.099	-
Outros	89	80
Total	958.188	80
Não circulante		
Contratos de mútuo (1)	-	871.379
Total	-	871.379

(1) Contratos de mútuo, acrescidos da variação do Depósito Interbancário - DI, com vencimento em março de 2018.

10) PROVISÕES, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES E OBRIGAÇÕES FISCAIS

a) Ativos contingentes

Não foram reconhecidos contabilmente ativos contingentes.

b) Provisões classificadas como perdas prováveis e obrigações fiscais

A Companhia é parte em processos judiciais, de natureza fiscal, decorrentes do curso normal de suas atividades. As provisões foram constituídas levando-se em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável. Os principais processos referem-se a: (i) não inclusão, na base de cálculo do PIS e da Cofins, dos Juros sobre o Capital Próprio recebidos da investida; e (ii) a não tributação das receitas financeiras. O valor dos tributos relacionados as obrigações legais R\$ 407.303 mensalmente, depositados em conta judicial e registrado na rubrica "Depósitos Judiciais", no montante de R\$ 407.303 (2016 - R\$ 331.923). A Administração da Companhia entende que a provisão constituída é suficiente para atender as perdas decorrentes dos respectivos processos.

A Companhia não possui contingências cíveis e trabalhistas, classificadas como prováveis e possíveis, que deversem ser provisionadas ou divulgadas, respectivamente, em 31 de dezembro de 2017 e 2016.

Movimentação das provisões

	Em 31 de dezembro	
	2017	2016
No início do período	362.085	225.061
Atualizações monetárias	30.167	28.301
Constituição	109.662	108.723
No final do período	501.914	362.085

As provisões referentes às ações judiciais da Companhia são consideradas de longo prazo, devido à imprevisibilidade do tempo de duração dos processos no sistema judicial brasileiro, razão pela qual não divulgamos a estimativa quanto ao cronograma de saída de benefícios econômicos.

11) PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Composição do Capital Social em ações

O Capital Social é dividido em ações nominativas-escriturais, sem valor nominal.

Em 31 de dezembro

	2017	2016
Ordinárias - classe "A" (I)	292.802.978	277.318.130
Ordinárias - classe "B" (II)	21.967.408	20.805.664
Preferenciais	333.542.140	315.902.805
Total	648.312.526	614.026.599

(I) As ações ordinárias, classe "A", terão como titulares pessoas físicas, que sejam diretores ou que tenham passado de diretores a membros do Conselho de Administração do Bradesco ou pessoas jurídicas, na forma de sociedade considerada como "controlada"; e
(II) As ações ordinárias, classe "B", terão como titulares pessoas físicas, que sejam diretores ou que tenham passado de diretores a membros do Conselho de Administração do Bradesco ou pessoas jurídicas, na forma de sociedades comerciais ou civis, cujas ações ou cotas, com direito a voto, pertençam na sua maioria, metade mais uma, a pessoas que satisfaçam os requisitos do item I.

Em Assembleia Geral Extraordinária de 8 de março de 2017, deliberou-se aumentar o Capital Social em R\$ 916.120, elevando-o de R\$ 7.666.200 para R\$ 8.582.320. A proporção de 5.593785304% foi ajustada sobre a posição acionária que cada acionista possuía em 8 de março de 2017, data-base de direito à subscrição, que ocorreu mediante a emissão de 34.285.927 novas ações, nominativas escriturais, sem valor nominal, sendo 16.646.592 ordinárias das quais 15.484.848 da classe "A" e 1.161.744 da classe "B" e 17.639.335 preferenciais, ao preço de R\$ 26,72 por ação, com integralização à vista, no ato da subscrição.
Em Assembleia Geral Extraordinária de 28 de abril de 2017, deliberou-se aumentar o Capital Social, no montante de R\$ 257.280, elevando-o R\$ 8.832.320 para R\$ 8.839.600, sem emissão de ações, mediante a capitalização de parte do saldo da conta "Reserva de Lucros - Estatutária".

b) Lucro por ação básico

O cálculo do lucro por ação básico, tendo como base a quantidade média ponderada das ações ordinárias e preferenciais em circulação, não havendo fatores de diluição do lucro, cujos cálculos estão demonstrados a seguir:

Em 31 de dezembro

	2017	2016
Lucro líquido atribuível aos acionistas controladores	2.395.757	2.374.583
Número médio ponderado de ações em circulação (milhares)	639.741	608.034
Lucro por ação básico atribuível aos acionistas controladores (em Reais)	3,74	3,91

c) Lucro por ação diluído

O lucro por ação diluído não difere do lucro por ação básico, pois não há instrumentos potenciais diluíveis.

Em setembro de 2017, a Companhia recebeu 11.827.202 ações ON de emissão do Banco Bradesco S.A., no montante de R\$ 219.696 mil, e 450 ações PN de emissão da Bradespar S.A., no montante de R\$ 6 mil.

Em nvembro de 2017, a Companhia alienou 2.677.400 ações ON de emissão do Banco Bradesco S.A., no montante de R\$ 82.863 mil, e 728.463 ações PN de emissão da Bradespar S.A., no montante de R\$ 17.174 mil.

Colocamo-nos à disposição de V.Sas. para quaisquer esclarecimentos que julgarem necessários.

Cidade de Deus, Osasco, 16 de abril de 2018.

Diretoria

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO - Em Milhares de Reais

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2017	2016
CIRCULANTE	2.017.277	1.091.196
Impostos e Contribuições a Recolher	3	18
Juros sobre o Capital Próprio a Pagar (Nota 11e)	1.059.086	1.091.098
Outras Obrigações (Nota 9)	958.188	80
NÃO CIRCULANTE	529.659	1.250.653
Provisão para Impostos e Contribuições	27.745	17.189
Provisão para Riscos Fiscais (Nota 10)	501.914	362.085
Outras Obrigações (Nota 9)	-	871.379
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	19.106.815	16.687.488
Capital Social (Nota 11a)	8.839.600	7.666.200
Reservas de Lucros (Nota 11d)	9.831.192	8.792.715
Outros Resultados Abrangentes	436.023	228.573
TOTAL	21.653.751	19.029.337

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Em Milhares de Reais

	Capital Social	Reservas de Lucros	Outros Resultados Abrangentes (Investidas)	Lucros Acumulados	Totais
Eventos	Legal	Estatutária			
Saldos em 31 de dezembro de 2015	6.800.000	268.895	7.522.085	(166.522)	-
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	2.374.583	2.374.583
Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	-	-	395.095	395.095
Resultados Abrangentes do Exercício	-	-	-	-	2.769.678
Aumento de Capital Social por Subscrição	626.600	-	-	-	626.600
Aumento de Capital Social com Reservas	239.600	-	(239.600)	-	-
Destinações: - Reservas	-	118.729	1.122.606	-	(1.241.335)
- Juros sobre o Capital Próprio	-	-	-	-	(1.133.248)
Saldos em 31 de dezembro de 2016	7.666.200	387.624	8.405.091	228.573	-
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	2.395.757	2.395.757
Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	-	-	207.450	207.450
Resultados Abrangentes do Exercício	-	-	-	-	2.603.207
Aumento de Capital Social por Subscrição (Nota 11a) ..	916.120	-	-	-	916.120
Aumento de Capital Social com Reservas (Nota 11a) ...	257.280	-	(257.280)	-	-
Destinações: - Reservas	-	119.788	1.175.969	-	(1.295.757)
- Juros sobre o Capital Próprio (Nota 11e)	-	-	-	-	(1.100.000)
Saldos em 31 de dezembro de 2017	8.839.600	507.412	9.323.780	436.023	-

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE - Em Milhares de Reais

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2017	2016
Lucro Líquido do Exercício	2.395.757	2.374.583
Ajuste de Avaliação Patrimonial	207.450	395.095
Resultado Abrangente do Exercício	2.603.207	2.769.678

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

g) Patrimônio líquido

(i) Lucro por ação

O lucro por ação básico é calculado mediante a divisão do lucro líquido, atribuído aos acionistas da Companhia, pela quantidade da média ponderada de ações. O cálculo do lucro por ação básico está demonstrado na Nota 11b.

(ii) Juros sobre o capital próprio/dividendos

A distribuição de juros sobre o capital próprio e/ou dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como passivo nas demonstrações contábeis, no período em que a distribuição é aprovada por eles, ou quando da proposição do dividendo mínimo obrigatório previsto no Estatuto Social da Companhia. O cálculo dos juros sobre o capital próprio/dividendos está demonstrado na Nota 11e.

h) Imposto de renda e contribuição social

Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, calculados sobre prejuízo fiscal, base negativa de contribuição social e de adições temporárias, são registrados na rubrica "Créditos Tributários", e a provisão para as obrigações fiscais diferidas, é registrada na rubrica "Provisão para Impostos e Contribuições".

Os créditos tributários sobre as adições temporárias serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos. Os créditos tributários sobre prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social serão realizados de acordo com a geração de lucros tributáveis, observando o limite de 30% do lucro real do período-base. Os créditos tributários são reconhecidos contabilmente, com base nas expectativas atuais de realização, considerando os estudos técnicos e análises realizadas pela Administração.

A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10%. A provisão para contribuição social é constituída sobre o lucro antes do imposto de renda, considerando a alíquota de 9%. Foram constituídas provisões para os demais impostos e contribuições sociais, de acordo com as respectivas legislações vigentes.

A composição dos valores de imposto de renda e contribuição social, a demonstração dos seus cálculos, a origem e previsão de realização dos créditos tributários estão apresentados na Nota 16.

i) Apuração do resultado

O resultado é apurado de acordo com o regime de competência, que estabelece que as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre e simultaneamente, quando se correlacionarem, independentemente, de recebimento ou pagamento. O resultado abrangente é apurado partindo do lucro líquido do período e incluindo os ajustes de avaliação patrimonial.

j) Outros ativos e passivos

Os ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas (em base *pro rata dia*) e provisão para perda, quando julgada necessária. Os passivos demonstrados incluem os valores conhecidos e mensuráveis, acrescidos dos encargos e das variações monetárias incorridas (em base *pro rata dia*).

k) Eventos subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de autorização para a sua emissão. São compostos por:
• Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações contábeis; e
• Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações contábeis.

Os eventos subsequentes estão descritos na Nota 18.

4) PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS

a) Normas, alterações e interpretações de normas aplicáveis a partir de 1º de janeiro de 2017:
• No exercício de 2017, não houve novas normas contábeis e alterações em normas existentes que trouxeram efeitos relevantes ao resultado e patrimônio líquido da Companhia.
b) Normas, alterações e interpretações de normas aplicáveis a períodos futuros:
• CPC 48 - Instrumentos Financeiros (IFRS 9): Reconhecimento e Mensuração - as principais mudanças do CPC 48 em relação ao CPC 38 são (i) todos os ativos financeiros devem ser, inicialmente, classificados conforme o modelo de negócio e submetidos ao teste de SPPI; (ii) a norma divide todos os ativos financeiros, que estão atualmente no escopo do CPC 38, em duas classificações: custo amortizado e valor justo; (iii) as categorias constantes no CPC 38, tais como a de disponíveis para venda e mantidos até o vencimento foram eliminadas; e (e

Nova Cidade de Deus Participações S.A.

CNPJ 04.866.462/0001-47
Sede: Cidade de Deus, Osasco - SP

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma mencionado)

d) Reservas de lucros
(i) A reserva legal é constituída obrigatoriamente à base de 5% do lucro líquido do exercício, até atingir 20% do capital social integralizado. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital social;
(ii) A reserva estatutária visa à manutenção de margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações ativas da Companhia, podendo ser constituída em 100% do lucro líquido remanescente após destinações estatutárias, mediante proposta da Diretoria, aprovada pelo Conselho de Administração e deliberada pela Assembleia Geral, sendo o saldo limitado a 95% do capital social integralizado; e
(iii) Em observância no que dispõe o artigo 192 da Lei nº 6.404/76, juntamente com as demonstrações contábeis, será apresentada proposta sobre a destinação do resultado a ser dada ao lucro líquido do exercício. Quando o saldo das reservas de lucros ultrapassarem o limite exigido, a Assembleia Geral deliberará sobre a aplicação do excesso na integralização como aumento de capital social ou na distribuição de dividendos (artigo 199).

e) Juros sobre o capital próprio e dividendos
Conforme disposição estatutária, aos acionistas estão assegurados juros sobre o capital próprio e/ou dividendos, que somados correspondam, no mínimo, a 1% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos da Lei Societária.
O cálculo dos juros sobre o capital próprio, relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, está demonstrado a seguir:

	R\$ mil	% (1)
Lucro líquido do exercício.....	2.395.757	
Reserva legal.....	(119.788)	
Base de cálculo ajustada.....	2.275.969	
Juros sobre o capital próprio (bruto) pagos e/ou provisionados (2).....	1.100.000	
Imposto de renda retido na fonte sobre juros sobre capital próprio - 15% (3)	(40.914)	
Total geral de juros sobre o capital próprio (líquido) em 2017	1.059.086	46,5
Total geral de juros sobre o capital próprio (líquido) em 2016	1.091.098	48,4

(1) Percentual dos juros sobre o capital próprio sobre a base de cálculo;
(2) Provisionamento de JCP Complementar, deliberado em 26 de dezembro de 2017; e
(3) Não contempla o Imposto de Renda Retido na Fonte ("IRRF"), referente aos juros sobre o capital próprio dos acionistas isentos.

12) DESPESAS TRIBUTÁRIAS

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2017	2016
COFINS (1).....	90.406	89.621
PIS (1)	19.256	19.102
IOF.....	79	628
Total	109.741	109.351

(1) Refere-se, substancialmente, a despesa de PIS/COFINS sobre JCP - Juros sobre o Capital Próprio e sobre aplicações financeiras.

13) DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2017	2016
Serviços de terceiros	166	454
Editais e publicações	112	98
Outros (1)	536	-
Total	814	552

(1) Refere-se as despesas com taxas CBL/BOVESPA, ocorridas na venda de ações Bradesco e Bradespar, em novembro/2017.

14) RESULTADO FINANCEIRO

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2017	2016
Variação monetária sobre impostos a recuperar.....	36.458	33.443
Variação monetária de contratos de mútuo.....	6.217	11.839
Outros.....	4.932	9.956
Total	47.607	55.238

15) PARTES RELACIONADAS

As transações com partes relacionadas (diretas e indiretas) são efetuadas em condições e taxas compatíveis com as médias praticadas com terceiros, quando aplicável, vigentes nas datas das operações.

a) As transações com partes relacionadas estão assim representadas:

	Em 31 de dezembro					
	Controlador (1)		Influência significativa (2)		Controle conjunto e coligadas (3)	
	2017	2016	2017	2016	2017	2016
Ativos						
Caixa/disponibilidades.....	-	-	6	5	-	6
Valores a receber	1.148.122	1.014.198	-	-	-	1.148.122
Juros sobre capital próprio a receber.....	-	-	7.338	326	827.676	743.521
Passivos						
Juros sobre capital próprio a pagar.....	1.059.086	1.091.098	-	-	-	1.059.086
Outros passivos (Nota 9).....	-	-	243.405	221.374	714.694	650.005

ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO

DIRETORIA

Diretor-Presidente Lázaro de Mello Brandão	Diretores Carlos Alberto Rodrigues Guilherme Milton Matsumoto Alexandre da Silva Glüher Josué Augusto Pancini
--	--

Maurício Machado de Minas
Marcelo de Araújo Noronha
André Rodrigues Cano
Octavio de Lazari Junior

Marcos Aparecido Galende
Contador - CRC 1SP201309/O-6

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Acionistas e aos Administradores da

Nova Cidade de Deus Participações S.A.
Osasco - SP

Opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Nova Cidade de Deus Participações S.A. em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações contábeis

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

	Exercícios findos em 31 de dezembro					
	Controlador (1)		Influência significativa (2)		Controle conjunto e coligadas (3)	
	2017	2016	2017	2016	2017	2016
Receitas/(despesas) com juros	92.938	118.970	(22.032)	(27.140)	(64.689)	(79.991)
Receitas/(despesas) de juros sobre capital próprio	(1.100.000)	(1.133.248)	9.041	383	1.090.955	1.093.292

(1) BBD Participações S.A. ("BBD") e Fundação Bradesco ("Fundação");

(2) Bradesco, Bradespar e NCF; e

(3) Cidade de Deus e Titanium.

b) Remuneração do pessoal-chave da Administração

Os administradores não recebem qualquer remuneração pelos cargos que ocupam nos órgãos da Companhia.

16) IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Demonstração do cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2017	2016
Resultado antes dos tributos (imposto de renda e contribuição social)	2.386.814	2.342.518
Encargo total do imposto de renda e contribuição social às alíquotas de 25% e 9%, respectivamente	(811.517)	(796.456)
Efeito das adições e exclusões no cálculo dos tributos:		
Participações em coligadas e controladas, tributadas nas empresas correspondentes	820.435	815.042
Juros sobre o capital próprio (recebidos e a receber)	(373.999)	(371.849)
Juros sobre o capital próprio (pagos e a pagar)	374.000	385.304
Outros valores	24	24
Imposto de renda e contribuição social do exercício	8.943	32.065

b) Composição da conta de resultado de imposto de renda e contribuição social

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2017	2016
Impostos correntes		
Imposto de renda e contribuição social devidos.....	(30.181)	(13.140)
Impostos diferidos		
Constituição/(realização) no exercício sobre adições temporárias	47.545	46.748
Constituição/(realização) no exercício de prejuízo fiscal e base negativa.....	(8.421)	(1.543)
Imposto de renda e contribuição social do exercício	8.943	32.065

c) Origem dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos

	Em 31 de dezembro			
	2016	Constituição	Realização	2017
Provisões fiscais	118.438	47.542	-	165.980
Outras provisões	33	30	27	36
Total dos créditos tributários sobre diferenças temporárias.....	118.471	47.572	27	166.016
Prejuízo fiscal/base negativa da contribuição social	38.034	-	8.421	29.613
Total dos créditos tributários	156.505	47.572	8.448	195.629
Obrigações fiscais diferidas	17.189	10.556	-	27.745
Total dos créditos tributários, líquido das obrigações fiscais diferidas	139.316	37.016	8.448	167.884

d) Previsão de realização dos créditos tributários sobre diferenças temporárias, prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social

	Diferenças temporárias		Prejuízo fiscal e base negativa		
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social	Total
2018.....	22	8	7.498	2.699	10.227
2019.....	-	-	8.441	3.039	11.480
2020.....	-	-	5.869	2.067	7.936
2021.....	122.054	43.932	-	-	165.986
Total	122.076	43.940	21.808	7.805	195.629

A projeção de realização dos créditos tributários é uma estimativa e não está diretamente relacionada à expectativa de lucros contábeis.

e) Tributos a compensar ou a recuperar

Os tributos a compensar ou a recuperar, no montante de R\$ 546.423 (2016 - R\$ 443.522), refere-se a imposto de renda e contribuição social do período atual e de exercícios anteriores.

17) OUTRAS INFORMAÇÕES

a) A Companhia não operou com instrumentos financeiros derivativos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016.

b) Em consequência do evento descrito na Nota 18, referente ao Aumento de Capital Social no montante de R\$ 889.200, o Capital Circulante Líquido (CCL) ficará sem oscilações relevantes.

18) EVENTOS SUBSEQUENTES

Em Assembleia Geral Extraordinária de 8 de março de 2018, deliberou-se aumentar o Capital Social, no valor de R\$ 889.200, mediante a subscrição de 29.355.253 novas ações nominativas-escriturais, sem valor nominal, ao preço de R\$ 30,29 por ação, para subscrição particular pelos acionistas na proporção de suas participações no Capital Social na data da Assembleia, com integralização à vista, no ato da subscrição.

ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO

DIRETORIA

Diretor-Presidente Lázaro de Mello Brandão	Diretores Carlos Alberto Rodrigues Guilherme Milton Matsumoto Alexandre da Silva Glüher Josué Augusto Pancini
--	--

Maurício Machado de Minas
Marcelo de Araújo Noronha
André Rodrigues Cano
Octavio de Lazari Junior

Marcos Aparecido Galende
Contador - CRC 1SP201309/O-6

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Acionistas e aos Administradores da

Nova Cidade de Deus Participações S.A.
Osasco - SP

Opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Nova Cidade de Deus Participações S.A. em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações contábeis

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.



KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP028567/O-1 F SP

Osasco, 17 de abril de 2018

André Dala Pola
Contador CRC 1SP214007/O-2